

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Senado discute projeto que compensa hidrelétricas	2
Título: EDP planeja crescer em transmissão via leilões e aquisições	3
Título: BR lucra R\$ 188 milhões no 2º tri	5
Título: Coalizão cobra apoio a energias renováveis	6
Título: Governo vai rever leilões de biodiesel.....	7
Título: Projetos da Raízen com biomassa ganham escala	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: » click.	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Bolsonaro deve desistir de ampliar gastos com obras neste ano	12
Título: Contas de luz serão parceladas após acordo da Enel com Procon	14
Título: Brasil aceita derrubar tarifa do etanol por mercado de açúcar nos EUA	15
VEÍCULO: O Globo	17
Título: Debandada é consequência	17
Título: Trump ameaça retaliar Brasil por causa do etanol	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Trump ameaça retaliar Brasil	20
Título: Nova Lei do Gás acelera o crescimento	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/08/2020****Seção: Política****Autor: Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília****Título: Senado discute projeto que compensa hidrelétricas**

Proposta pode usar recursos do pré-sal para financiar o risco hidrológico

O Senado vai retomar amanhã a análise do projeto de lei que traz uma solução para o impasse do risco hidrológico, conhecido no setor elétrico como GSF. O projeto prevê uma compensação para hidrelétricas prejudicadas por estiagem, além de destinar recursos do pré-sal para financiar gasodutos e instituir multa a ser paga por empresas concessionárias aos usuários dos serviços de energia elétrica em caso de interrupção no fornecimento.

A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em março, mas estava parada desde então por conta da pandemia. O texto voltou à mesa de negociações por uma articulação de senadores da região Norte. Marcos Rogério (DEM-RO) e o líder do MDB na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM), que será o relator no plenário, negociaram a votação com o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), que aceitou pautar o assunto.

O texto é uma emenda da Câmara dos Deputados a um projeto do ex-senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), hoje governador de Goiás. A matéria tenta solucionar impasse entre o governo e geradoras que atuam no mercado livre de energia - em que a negociação do preço não sofre restrições -, que não aceitaram os termos da legislação que regula o risco hidrológico.

Nos últimos anos, com a falta de chuvas e escassez de água nos reservatórios em diversas regiões, os geradores hidrelétricos vêm observando uma gradual redução de sua capacidade de gerar energia elétrica. Isso é o que chamam de risco hidrológico - situação em que as usinas acabam comprando energia no mercado de curto prazo para compensar a produção menor, normalmente decorrente da falta de água.

As empresas que não aceitaram pactuar o risco segundo os termos dessa lei entraram na Justiça na ocasião e conseguiram liminares - algumas das quais já derrubadas pelo governo - para não pagar por esse risco. Com a prorrogação dos contratos prevista no projeto, as operadoras de hidrelétricas seriam compensadas por parte das despesas com o risco hidrológico. Em contrapartida, a empresa geradora deveria desistir de ação na Justiça contra o governo.

Os senadores que defendem o projeto argumentam que a proposta não vai aumentar a conta de energia para os consumidores e, por outro lado, vai representar um alívio para as indústrias, que são as principais beneficiárias do mercado livre de energia. O projeto também cria o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto) com recursos do Fundo Social do Pré-Sal.

De acordo com a versão atual, 30% dos recursos vão continuar no Fundo Social, 30% vão para fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM), 20% ficarão com a União para investimento em saúde e em educação e 20% vão para o Brasduto. O texto inicial do Senado destinava 50% dos recursos para o Fundo Social, 30% para os fundos de Estados e municípios e 20% para o Brasduto. Essa proposta foi aprovada pelos senadores em novembro de 2018 e votada pelos deputados em junho do ano passado. Como a Câmara propôs modificação no texto, o projeto teve de ser analisado de novo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: EDP planeja crescer em transmissão via leilões e aquisições

Depois de um período de cautela devido à pandemia, a EDP Brasil voltou a estudar novas oportunidades de crescimento no setor de transmissão de energia. A companhia, que acabou de concluir as obras de um lote no Maranhão, está com estudos avançados para participar do leilão marcado para dezembro. Em paralelo, também avalia ativos no mercado secundário.

“Vamos sim [participar do leilão], como fizemos no passado. A condição é, obviamente, o equilíbrio econômico-financeiro para fazer isso. Estamos com estudos avançados, é a nossa meta para o fim do ano”, disse ao **Valor** Luiz Otávio Henriques, vice-presidente de Geração e Comercialização, área da EDP que também cuida dos projetos de transmissão.

O executivo não revela quais lotes estão no radar, mas afirma que a companhia está trabalhando em “algo de calibre”. Ele observa ainda que a estratégia é entrar em projetos que tenham sinergias com as operações atuais ou que permitam a criação de um novo ‘cluster’, como é caso dos empreendimentos no Maranhão.

Marcado para 17 de dezembro, o próximo leilão de transmissão oferece ao mercado 11 lotes, que somam 1,9 mil quilômetros de novas linhas e 6.420 megavolt-ampères (MVA) em capacidade de transformação. Os projetos estão

espalhados por nove estados (AM, BA, CE, ES, GO, MS, MG, RS e SP), sendo que Rio Grande do Sul e São Paulo concentram o maior número de novas instalações. Estão previstos investimentos totais de R\$ 7,4 bilhões e geração de 15,4 mil empregos diretos.

Na visão de Henriques, o certame deve se mostrar competitivo, repetindo a história vista nas últimas licitações do tipo. Entretanto, ele observa que as condições econômicas atuais - oscilação do dólar, impactos no mercado de fabricantes e a crise gerada pela pandemia - podem afastar investidores com maior aversão a risco. “Mas ainda é prematuro dizer que isso será suficiente para diminuir o número de participantes”.

Além da EDP, a ISA Cteep também já declarou que deve estar presente na licitação.

Com o pior momento da crise superado, a elétrica também voltou a estudar negócios no mercado secundário. Em maio, a companhia anunciou um plano de reforço de caixa que envolveu, entre outras iniciativas, a postergação de uma compra de ativos de transmissão. “Estamos soltando as amarras que fomos obrigados a fazer. Hoje, já podemos pensar em aquisição, leilão”, afirma Henriques.

Ontem, a companhia anunciou a conclusão do Lote 11, no Maranhão, com 12 meses de antecedência ante o prazo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Foram R\$ 182 milhões em investimentos em duas linhas de transmissão, com 203 quilômetros, e na ampliação de subestações. Com a conclusão, a Receita Anual Permitida (RAP) do projeto passa a ser de R\$ 32,8 milhões, resultando em receita antecipada de aproximadamente R\$ 42,7 milhões.

A EDP Brasil tem ainda quatro projetos de transmissão em desenvolvimento, nos estados do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os próximos empreendimentos na fila para conclusão têm maior porte - juntos, os lotes de SP/MG e SC somam mais de 860 quilômetros de linhas - e estão previstos para 2021.

No período de 2017-2022, a elétrica tem o plano de investir R\$ 3,8 bilhões em obras e projetos de transmissão. Desse total, foram executados R\$ 2,7 bilhões, com todos os equipamentos já comprados. “Antes da pandemia, tínhamos feito o financiamento e a reserva de capital próprio para todos os lotes. Já estávamos capitalizados para a construção, não tivemos nenhum problema de ordem financeira”, estaca o executivo da EDP.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/08/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Ivan Ryngelblum — Do Rio e de São Paulo****Título: BR lucra R\$ 188 milhões no 2º tri**

A BR Distribuidora encerrou o segundo trimestre com um lucro líquido de R\$ 188 milhões, recuo de 37,7% em relação a igual período de 2019. Em meio ao momento mais crítico das medidas de isolamento social, como política pública de combate à pandemia da covid-19, a companhia registrou retração de 21,7% nas vendas e viu a sua receita líquida cair 38,1%, para R\$ 14,8 bilhões, na comparação anual. Mas ela foi beneficiada por efeitos não recorrentes.

O balanço da BR foi impactado positivamente, sobretudo, pelo efeito dos R\$ 376 milhões provenientes de uma vitória, na Justiça, em torno da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A companhia obteve uma decisão favorável, transitada em julgado, reconhecendo que tem o direito de reaver valores recolhidos a maior entre 2012 e 2020.

Por outro lado, a distribuidora contabilizou perdas de estoques e o efeito negativo de R\$ 17 milhões líquidos pela assinatura do novo plano de equacionamento de déficits junto à Petros. Também pesou o reconhecimento de perda de crédito esperada, no valor de R\$ 58 milhões, referentes ao pedido de recuperação judicial de um importante cliente de aviação. Vale citar que a Justiça de São Paulo decretou, em julho, a falência da Avianca Brasil.

No campo operacional, o resultado da BR no segundo trimestre foi puxado para baixo não só pela queda nas vendas, mas também pela redução do preço médio de realização. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) recuou 2,9%, para R\$ 391 milhões. Em termos ajustados, no entanto, ele subiu 61,3%, para R\$ 816 milhões. A margem Ebitda ajustada, por sua vez, subiu de R\$ 51 para R\$ 104 o metro cúbico.

Em termos de volumes de vendas, a BR registrou, no segundo trimestre, retração de 21% na gasolina, 36% no etanol, 13,6% no diesel e de 82,3% nos produtos de aviação, na comparação com igual período do ano passado. Frente ao primeiro trimestre, houve queda de 13,2% na gasolina, 25,1% no etanol e 82% na aviação. O diesel se manteve praticamente estável.

Mesmo com a queda nas vendas, a empresa conseguiu expandir a sua participação no mercado. A parcela da companhia subiu 0,4%, na média, ante o primeiro trimestre. No diesel, a fatia de mercado da distribuidora avançou 1,2%, enquanto que, no ciclo Otto (gasolina e etanol), esse aumento foi de 1,9%.

A BR destacou que, aos poucos, a demanda de diesel dá sinais de recuperação, em meio à contínua retomada da circulação de pessoas, em especial em algumas das principais metrópoles do país. Em junho, por exemplo, o volume médio de vendas diárias do derivado foi 5% superior à média do período imediatamente anterior à crise (de janeiro até 21 de março). Já a demanda de gasolina e etanol, por sua vez, ainda estava, em junho, 12% abaixo da referência pré-crise, embora com viés de alta frente à maio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/08/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Coalizão cobra apoio a energias renováveis

Na disputa pelos motores econômicos do pós-pandemia, os países que utilizam matérias-primas “verdes” em suas cadeias produtivas, sobretudo na área de energias renováveis e biocombustíveis, querem um lugar ao sol. Coalizão internacional formada por 20 nações - incluindo Brasil, Estados Unidos, China, Reino Unido, França e Índia -, a Plataforma Biofuturo lança hoje um documento com cinco princípios de orientação para que os pacotes econômicos de curto e longo prazos para a retomada avancem rumo à bioeconomia.

Um dos princípios que a coalizão defende é a reavaliação dos subsídios aos combustíveis fósseis, sobretudo num momento em que os preços de petróleo e derivados estão pressionados pela baixa demanda global, derivada das medidas de isolamento necessárias para conter a disseminação da covid-19. Essa bandeira já vem sendo defendida pela Agência Internacional de Energia (IEA), que apoiou a elaboração do documento da coalizão.

De acordo com dados da própria agência, mais de 40 países fornecem subsídios aos combustíveis fósseis, mas neste ano o montante de apoio está em queda por causa da redução do consumo. Até agora, a IEA contabilizou US\$ 181,9 bilhões em subsídios globais aos combustíveis fósseis, ante US\$ 317,6 bilhões no ano passado.

A coalizão também prega que os países que contam com metas e políticas de estímulo aos biocombustíveis, à bioenergia e aos bioprodutos - e que estão colhendo bons resultados - não retrocedam em suas estratégias.

Na carta, o grupo cita algumas políticas já existentes no mundo e demonstra preocupações com alguns programas de destaque. É o caso do brasileiro RenovaBio, que está em seu primeiro ano e cujas metas de descarbonização estão sendo revistas. Também são citados o Padrão de Combustíveis Renováveis

do Canadá, cuja regulamentação está atrasada por causa da pandemia, e o programa americano de incentivo à infraestrutura de altas misturas, anunciado em maio e que pretende liberar US\$ 100 milhões em subsídios à expansão da distribuição de combustíveis renováveis.

Mas também há metas ambiciosas em curso. A Índia, por exemplo, pretende ampliar a mistura de etanol na gasolina para 20% até 2030, enquanto a União Europeia quer dar mais espaço aos biocombustíveis avançados na próxima década. Para o curto prazo, a iniciativa multilateral defende a criação de pacotes de incentivos ou financiamentos para os produtores da bioeconomia como forma de reduzir as perdas econômicas geradas pelo coronavírus.

Uma análise recente da IEA estimou que a produção de biocombustíveis deverá recuar 13% neste ano, naquela que será a primeira retração em duas décadas. Por outro lado, uma recuperação do segmento poderá ser positiva para a geração de empregos, já que ele é o segundo em criação de vagas por valor investido - de 15 a 30 por US\$ 1 milhão.

Além disso, a Plataforma Biofuturo também elegeu como princípio a integração da bioeconomia nos planos mais amplos de retomada. Nesse sentido, defende que metas ou investimentos em bioenergia se tornem condição necessária para acesso a programas de recuperação de setores como transportes e aviação.

Por fim, a coalizão defende que é preciso premiar a sustentabilidade para promover a externalidade positiva. Nessa linha, o grupo volta a citar como exemplo o RenovaBio, em que os produtores de biocombustíveis recebem uma remuneração proporcional ao volume de emissões que seus produtos evitam ao substituírem combustíveis fósseis.

“A bioenergia é o gigante negligenciado do setor de energias renováveis e será primordial para uma transição energética global de sucesso. Mas seu crescimento não está atualmente na rota para atender as metas de desenvolvimento sustentável”, avaliou, em um comunicado, Fatih Birol, diretor-executivo da IEA, que é a entidade “facilitadora” da Plataforma do Biofuturo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/08/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Marcela Caetano — De São Paulo

Título: Governo vai rever leilões de biodiesel

O Ministério de Minas e Energia deverá submeter até dezembro ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma proposta de resolução com diretrizes para um novo modelo de comercialização de biodiesel no país.

O objetivo é que esse novo modelo substitua o sistema atual, em que o biocombustível é negociado por meio de leilões. “Queremos, sim, evoluir para um sistema sem leilões. E ao levar essa resolução ainda este ano ao CNPE, teremos todo o ano de 2021 para fazer as mudanças necessárias e implementá-las em 2022”, disse José Mauro Coelho, secretário de petróleo e gás do MME, em evento online promovido pela União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) na manhã de ontem.

Segundo ele, o relatório deverá sair após a aprovação do comitê técnico interministerial Abastece Brasil - responsável por propor diretrizes para um modelo de comercialização do biodiesel -, em setembro próximo.

Com o desinvestimento da Petrobras nas refinarias, o modelo atual de comercialização está em xeque. A estatal hoje é responsável por adquirir e vender o biodiesel produzido no país por meio de leilões bimestrais. “Não parece razoável a Petrobras continuar no papel que tem na comercialização de biodiesel”, disse o secretário. O desinvestimento deverá estar concluído até fim de 2021.

“Na nossa visão, o biodiesel tem escala suficiente para ser comprado e vendido como o etanol anidro”, afirmou Sandro Barreto, gerente de Comercialização de Biodiesel da Petrobras. “A gente acredita firmemente que a manutenção do modelo atual traz mais dificuldade do que benefício”, ponderou o executivo.

Ainda que reconheça as dificuldades tributárias da mudança, uma vez que hoje cabe à estatal o faturamento das aquisições, Barreto afirmou que não há motivos para que um combustível tenha marco regulatório totalmente diferente dos demais. “A Petrobras não está dizendo que vai sair do leilão simplesmente. A Petrobras vai cumprir o marco regulatório que existir. O marco diz, hoje, que a refinaria relevante tem que comprar e distribuir. Mas com o desinvestimento, isso vai mudar”.

O presidente da Ubrabio, Juan Diego Ferrés, defendeu que a Petrobras mantenha pelo “tempo necessário” suas atribuições atuais para preservar os avanços do setor no país. “Podemos evoluir para um modelo que [transfira] a responsabilidade, hoje da Petrobras, aos operadores de refinaria do ponto de vista de faturamento e logística”, sugeriu. “Também podemos pensar em ter outra entidade que faça os leilões”.

Ao **Valor**, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) se manifestou a favor da manutenção do sistema de leilões. “Defendemos a manutenção desse sistema. Caso o ministério entenda que seja necessária uma mudança, vamos trabalhar para que o novo modelo mantenha os pontos

positivos do sistema atual”, disse Daniel Amaral, economista-chefe da entidade, que representa grandes processadoras de soja.

No ano passado, a produção brasileira de biodiesel alcançou 5,9 bilhões de litros, e neste ano o volume deverá chegar ao patamar de 7 bilhões de litros, de acordo com estimativas do MME.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/08/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Projetos da Raízen com biomassa ganham escala

A biomassa da cana como fonte de energia já foi mais popular do que é hoje. Há uma década, a euforia com o potencial do produto era maior, mas com o tempo os investimentos esbarraram em desafios tecnológicos e de mercado, o que afastou muitos players do jogo.

Uma das poucas empresas que mantiveram seus projetos em curso foi a Raízen Energia. A joint venture entre Cosan e Shell vê suas iniciativas nessa frente, do etanol celulósico aos pellets, ganharem escala comercial em 2020 e está pronta para consolidar, assim, o que chama de uma “plataforma integrada” de energia.

Carro-chefe dessa nova plataforma, a produção de etanol a partir de bagaço e palha de cana, que já demandou aporte de R\$ 250 milhões, se aproxima agora de sua máxima capacidade projetada inicialmente. “Do ano passado para cá, fizemos os últimos projetos de melhoria que esperávamos”, afirma Antônio Simões, vice-presidente de Logística, Distribuição e Energias Renováveis da Raízen.

Na safra atual (2020/21), a ocupação da capacidade da planta, situada em Piracicaba (SP), está em 80%, e a companhia espera encerrar a temporada com produção de 30 milhões de litros, ante uma capacidade de 42 milhões. Dois terços do volume já foram vendidos ao exterior. A produção vem crescendo entre 30% e 40% ao ano, e desde o início das operações, em 2015, até a última safra (2019/20) a Raízen direcionou 55 milhões de litros ao mercado externo. Trata-se de um volume pequeno comparado ao do etanol tradicional, “de primeira geração” - que tangenciou 3 bilhões de litros apenas na safra passada -, mas que começa a fazer diferença.

Em meio a esse avanço, a empresa estuda explorar comercialmente a lignina, subproduto do processo de fabricação do etanol celulósico. “Estamos estudando sua aplicação em madeira, bioplásticos, e pellets, para substituição de carvão”, diz Simões

A própria produção de pellets - compensados de biomassa que substituem o carvão na geração de energia - a partir de bagaço e palha da cana também ganhou corpo. No ano passado, a Raízen comprou a participação de 81% do negócio da Cosan e, neste ano, já exportou 40 mil toneladas de pellets, toda a produção da safra passada. O valor da compra e do investimento na planta, em Jaú (SP), não foram informados.

O primeiro embarque, de 10 milhões de toneladas, foi apenas em 2019 e teve caráter de teste. “Tivemos um acordo de desenvolvimento. Como [o novo produto] era o primeiro a competir com os pellets existentes [de madeira], nunca tinha sido testado. Provamos sua compatibilidade, eficiência e segurança”, afirma o executivo.

O mercado internacional já está mais maduro para o uso de pellets, tanto por causa de mandatos e incentivos para a substituição de carvão, quanto pelo fato de a tecnologia estar mais dominada. Daí porque é a principal aposta da companhia. No mercado interno, a Raízen começa a realizar testes para substituir óleo diesel em algumas indústrias.

Também neste ano começam a ser ligadas as turbinas da usina de cogeração a biogás colada à Usina Bonfim, em Guariba (SP), com potência de 21 megawatts (MW). Pelo leilão vencido em 2015, a planta, que utiliza resíduos orgânicos e demandou investimento de R\$ 153 milhões, tem que começar a entregar energia a partir de janeiro de 2021. Até lá, alguns testes serão feitos e alguma energia já poderá ser entregue via mercado livre.

O próximo passo, em 2021, é começar a testar o potencial do biogás como biometano em parceria com montadoras de caminhões. “Tecnologia existe, é só uma questão de escala e logística, com um tipo de compressão que tem pouco no Brasil. Os primeiros números indicam boa competitividade em relação ao diesel”, afirma Simões.

O desafio que a Raízen tem com todos esses projetos é justamente garantir competitividade. No caso do etanol celulósico, Europa e Califórnia, com mandatos específicos para o combustível renovável, têm sido um porto seguro para a tecnologia enquanto o RenovaBio, política brasileira de incentivo a biocombustíveis, não ganha tração.

Para os pellets de biomassa, o desafio no exterior é competir com os de madeira, hoje fornecidos em larga escala pelos Estados Unidos. Segundo Simões, o que o pellet derivado da cana perde em escala e proximidade com porto, ganha com custo e manuseio. “Quando olhamos para o produto colocado no porto, vemos que vamos ser competitivos.”

Também a cogeração a partir de biomassa da cana, tecnologia já dominada pelo segmento sucroalcooleiro, ainda não é totalmente explorada pela Raízen. Das 26 usinas da empresa, apenas 13 comercializam energia. Como daqui quatro ou cinco anos alguns leilões começarão a expirar, a companhia terá que encontrar alternativas. Uma das opções, diz Simões, podem ser contratos bilaterais de longo prazo.

Os avanços tecnológicos, porém, já dão conforto para a Raízen voltar a pensar em novos investimentos nessas frentes, mas não há nada definido, admite o executivo. Por enquanto, devem fazer parte do caminho para reduzir a pegada de carbono de seu etanol em 10% até 2030, em linha com meta estabelecida pela acionista Cosan.

A Raízen Energia, que é a maior companhia sucroalcooleira do país, encerrou o primeiro trimestre desta safra 2020/21 (abril a junho) com prejuízo líquido atribuível aos acionistas controladores de R\$ 103,5 milhões, ante resultado também negativo de R\$ 113 milhões registrado no mesmo período do intervalo anterior. Na mesma comparação, a receita líquida da companhia diminuiu de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,2 bilhão. Apesar do prejuízo e da queda da receita, a empresa viu com bons olhos a aceleração de sua moagem de cana, em razão do clima seco em sua área de atuação, e confirmou que está maximizando a produção de açúcar, que está gerando melhor remuneração que o etanol - principalmente na exportação. A intenção é concentrar as vendas de açúcar no terceiro e no quarto trimestre. A expectativa no segmento também é que as vendas domésticas de etanol melhorem com o relaxamento do isolamento social nos grandes centros. **(Fernando Lopes)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » click.

Coluna do Estadão

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, visitou a usina de Itaipu que, para ele, terá papel fundamental na retomada econômica após a pandemia.

COM MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 12/08/2020****Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack, Julia Chaib e Thiago Resende****Título: Bolsonaro deve desistir de ampliar gastos com obras neste ano**

Economia tenta barrar movimento que quer elevar investimentos em R\$ 35 bilhões; ministérios pressionam para gastar mais em 2021

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deve desistir de levar adiante um plano de R\$ 35 bilhões em obras que estourariam o teto de gastos no momento em que ministérios pressionam por mais recursos neste ano e em 2021.

Bolsonaro cedeu aos apelos do ministro Paulo Guedes (Economia) que resistia à pressão da ala militar do governo.

Liderada pelo ministro Walter Braga Netto (Casa Civil), esse grupo vem articulando um programa de despesas com obras, que, para serem implementadas, extrapolariam os limites estabelecidos pelo teto de gastos.

A regra atrela o aumento da despesa de um ano à inflação do ano anterior.

Braga Netto conta com o apoio dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

A União já injetou mais de R\$ 926 bilhões para conter os danos causados pelo vírus.

O programa também seria uma forma de angariar apoio de deputados e senadores contra um possível processo de impeachment e também para consolidar uma base aos seus projetos no Congresso.

Por isso, segundo assessores presidenciais, não gostou de ter de voltar atrás e ceder aos apelos do chefe da Economia, que defende o cumprimento do teto, única âncora fiscal em vigor atualmente.

Mesmo assim, houve um acordo, segundo pessoas que participaram das negociações. Em vez de R\$ 35 bilhões, serão somente R\$ 4 bilhões em obras relacionadas à redução do impacto da pandemia no país.

Para isso, o governo deverá enviar um pedido de crédito extraordinário ao Congresso para que o valor seja empenhado neste ano.

A expectativa é que grande parte desses projetos seja realizada até o final do ano com a possibilidade de que uma parcela pequena de “restos a pagar” seja transferida para o próximo ano.

O plano de obras, batizado de Pró-Brasil, sequer contou inicialmente com a participação de Guedes. O ministro foi apresentado ao projeto em uma reunião interministerial no Palácio do Planalto, horas antes do anúncio oficial.

Nos bastidores, Guedes até defende algumas obras, desde que enquadradas pelo teto.

O presidente Bolsonaro, no entanto, viu no Pró-Brasil uma forma de viabilizar politicamente seu plano de conseguir apoio no Congresso especialmente junto aos parlamentares do chamado centrão.

O Palácio do Planalto pretendia enquadrar o investimento de R\$ 35 bilhões dentro da Proposta de Emenda Constitucional que definiu o estado de calamidade pública no país. Por ela, haveria margem para que as obras ficassem fora do teto.

No entanto, havia dúvidas se obras, que ocorreriam em redutos políticos de parlamentares (como açudes, poços artesianos, dentre outras), poderiam ser enquadradas como emergenciais na pandemia.

A Casa Civil pensou em consultar o TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a possibilidade de empenhar integralmente os R\$ 35 bilhões em obras neste ano mas, segundo assessores de Guedes, a ideia foi abortada diante da costura do acordo.

Nesta terça-feira (11), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) se encontrou com Guedes e, após a reunião, saiu em defesa do teto.

“Não tem jeitinho, não tem esperteza. O que tem é uma realidade. Temos uma carga tributária de mais de 33% do PLB somado ao déficit primário. Precisamos entender que essa conta está dentro do governo e está dentro do Congresso”, afirmou Maia.

Guedes disse que vai brigar com os ministros que tentarem furar o teto. “Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar o teto e vão levar o presidente para uma zona de incerteza, uma zona sombria, uma zona de impeachment, de responsabilidade fiscal. E o presidente sabe disso e tem nos apoiado.”

O chefe da Economia lembrou o recente embate que teve com Rogerio Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional. Marinho, que foi secretário da

Previdência de Guedes antes se tornar ministro, foi um dos pivôs do plano Pró-Brasil. Foi chamado de “traidor” por Guedes por levar adiante um plano de gastos fora do teto.

A pressão pela flexibilização do teto ocorre no momento em que ao menos seis ministérios (Educação, **Minas e Energia**, Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Cidadania e Defesa) já pedem mais recursos para despesas e investimentos no Orçamento deste ano e no de 2021.

O arrocho já afetaria estatais ligadas ao **Ministério de Minas e Energia**. A pasta pede R\$ 100 milhões a mais neste ano alegando que precisa evitar, por exemplo, que as usinas de Angra 1 e Angra 2 sejam desligadas. Na Infraestrutura, o ministro Tarcísio de Freitas quer ampliar em R\$ 2 bilhões os gastos.

O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, pressiona para armamentos e outros suprimentos das Forças Armadas super 2% do PIB.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/08/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Contas de luz serão parceladas após acordo da Enel com Procon

O Procon-SP anunciou nesta terça (11) que fechou um acordo com a Enel para que a concessionária de energia elétrica faça o parcelamento automático das contas de luz dos clientes que tiveram cobrança adicional após a retomada da leitura dos medidores. A medida vale para consumidores da capital e mais 23 municípios da Grande São Paulo.

O termo de cooperação assinado com a companhia prevê que o parcelamento será concedido de maneira automática para consumidores que registraram queixas no Procon. Desde julho, mais de 50 mil reclamações foram recebidas pelo órgão de defesa do consumidor.

A cobrança adicional feita pela empresa em junho e julho está atrelada à pandemia de Covid-19. Nos meses de março, abril e maio, a Enel havia interrompido a leitura dos medidores. Os clientes que não haviam optado pela autoleitura foram cobrados durante esse período de acordo com a média registrada nos últimos 12 meses.

Com a retomada da medição, foi verificado que alguns clientes tiveram uma diferença entre a média e o consumo real. O valor excedente, então, foi

cobrado nas contas de junho e julho, fazendo com que a conta de luz chegasse a triplicar.

Diante da situação e sem conseguir atendimento a distância, muitos consumidores foram a agências da Enel, gerando filas e aglomerações.

Além do diferencial relacionado ao consumo excedente, outro fator ajudou a deixar as contas mais caras: o ICMS. O tributo é cobrado por faixas de consumo, com alíquotas que vão de 12% (para quem consome entre 91 e 200 kWh por mês) a 25% (acima de 201 kWh).

As cobranças adicionais feitas pela Enel levaram o Ministério Público de São Paulo a abrir um inquérito civil para apurar supostas práticas abusivas. O órgão tenta negociar com a concessionária o s termo s para um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Caso não haja acordo, a Promotoria poderá abrir uma ação civil pública.

O MP-SP pede à Enel que faça o parcelamento para todos os clientes, não só para os que reclamarem, e solicita que a empresa não cobre o adicional da mudança de alíquota do ICMS e que devolva eventuais diferenças.

O órgão informou que está ciente do acordo fechado entre Enel e Procon e que irá avaliar a situação.

A Enel informou, em ocasião anterior, que verificou aumento nas contas de luz com a volta da medição presencial e que tem dado crédito a quem foi cobrado a mais no período sem leitura.

A Secretaria de Estado da Fazenda, responsável por receber o ICMS, disse que não é possível mudar a tributação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/08/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Brasil aceita derrubar tarifa do etanol por mercado de açúcar nos EUA

Após a fala de Donald Trump que sinalizou retaliação comercial caso o Brasil não reduzisse as tarifas de importação do etanol americano, negociadores brasileiros passaram a levantar argumentos para tentar frear a ofensiva dos EUA, que deve se intensificar até o final de agosto.

O principal deles, discutido entre técnicos no governo e lideranças do agronegócio, é levar aos americanos que o governo Jair Bolsonaro aceita atender o pleito pelo fim das barreiras de importação, desde que Washington faça o mesmo com o açúcar brasileiro exportado aos EUA.

A exemplo do que o Brasil faz com o etanol estrangeiro, os americanos também têm uma cota para a entrada de açúcar no país. De acordo com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o que extrapola esse limite é taxado em 140%, o que — dizem produtores nacionais — mata a competitividade do produto no mercado americano.

O Brasil aplica uma cota de 750 milhões de litros de etanol americano que entram no país sem imposto de importação. O excedente paga uma sobretaxa de 20%. Já todo o etanol brasileiro exportado aos EUA é tarifado em 2,5%, segundo interlocutores no governo.

A ideia de membros da administração Bolsonaro é usar esse argumento para rebater o chamado de Trump por “reciprocidade” nas relações comerciais.

“Eu acho que, no que diz respeito ao Brasil, nós precisamos ter uma equalização de tarifas. Vamos apresentar alguma coisa relacionada a tarifas justas. Porque muitos países, por muitos anos, têm nos cobrado tarifas para fazer comércio e nós não cobramos deles. Isso se chama reciprocidade, tarifas recíprocas”, disse Trump na segunda-feira (10), ao ser perguntado por uma jornalista sobre a pressão americana pelo fim da cota de importação imposta pelo Brasil.

A sinalização de que o governo topa trocar etanol por açúcar já foi dada em negociações anteriores e os americanos sempre negaram o pedido e falaram que não havia qualquer margem para isso acontecer.

Negociadores brasileiros não acreditam que a posição americana vá mudar, mas estão reunindo todos os argumentos possíveis para embasar Bolsonaro caso ele decida não ceder às pressões americanas.

Enquanto para o Brasil colocar o açúcar na equação faz todo o sentido, uma vez que o produto é processado pelas mesmas usinas de etanol, a situação nos EUA é mais complexa e envolve lobbies diferentes, o que tem travado as conversas. O etanol americano é feito a partir do milho e o açúcar, da beterraba.

Embora o alinhamento aos EUA seja base da política externa do atual governo, Bolsonaro está sob forte pressão de parlamentares e produtores nacionais de etanol para negar o pleito comercial de Washington.

O setor no Brasil tem alegado que o fim da barreira comercial para o etanol americano prejudicará principalmente os pequenos produtores do Nordeste, por onde entra a maior parte do álcool estrangeiro. RDC

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Debandada é consequência

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

O programa econômico desmontou antes da debandada da equipe. O governo faria privatizações e nada fez, e nem tinha acontecido a pandemia. A reforma administrativa foi preparada, levada ao presidente Bolsonaro, que exigiu mudanças, elas foram feitas, e ele então engavetou. As reformas se limitaram à mudanças nos parâmetros da previdência dos servidores civis e dos trabalhadores do setor privado. A dos militares, a equipe econômica não teve espaço para opinar. Bateu continência e aceitou.

Ontem, saíram Salim Mattar, que privatizaria, e Paulo Uebel, que faria a reforma administrativa. Assim, no futuro do pretérito. O espanto é que tenham ficado tanto tempo, porque desde o engavetamento da reforma, e a não privatização no ano passado, eles já poderiam ter debandado. O ministro Paulo Guedes pelo menos não tentou tapar o sol com a peneira e falou claramente os motivos.

Mattar fingiu o tempo todo que estava comandando o que não existia, o programa de privatização. O que foi vendido no ano passado foram participações de bancos e empresas públicas em outras empresas, ou braços das estatais. Desde o começo isso estava claro. O presidente foi tirando do programa empresas que durante a campanha ele disse ou insinuou que poderia vender.

Petrobras, Banco do Brasil e Petrobras representam 75% dos ativos das empresas no país e 71% do patrimônio líquido. A Eletrobras é 4% dos ativos, e o BNDES, 17%, segundo dados do Boletim das Estatais que eu mostrei a Salim Mattar em janeiro, antes, portanto, da pandemia. Eu o entrevistei logo depois que ele havia dito que iria “acelerar a privatização”. Ele admitiu que essas estariam fora das vendas. Portanto, não se podia acelerar carro que nem fora ligado. Até na equipe econômica se admitia que o programa estava lento. Nem a venda da Eletrobras, preparada desde o governo Temer, a atual administração conseguiu aprovar no Congresso. E pior, foi criada uma estatal.

Quando perguntei a Mattar por que a NAV tinha sido criada, ele me disse que era “por uma questão de segurança nacional”.

Na campanha, Paulo Guedes dizia que privatizaria R\$ 1 trilhão, que venderia imóveis que também chegavam a R\$ 1 trilhão. E ele afirmou que zeraria o déficit no primeiro ano. Ninguém que entende de números acreditava naquelas cifras voadoras.

Na equipe do Tesouro, houve avanços em redução de gastos, mas eles foram realistas, e em nenhum momento prometeram acabar com o déficit no primeiro ano. A chegada da pandemia exigiu um aumento do gasto. E no Tesouro houve a melhor substituição possível, com a saída de Mansueto Almeida e a entrada de Bruno Funchal. Contudo, o desafio é fazer um ajuste com o presidente da República já em declarada e prematura campanha. Ele quer usar a expansão dos gastos como alavanca para 2022.

Ontem estava sendo votada uma MP que o secretário Paulo Uebel era contra, e o líder do governo Vitor Hugo encaminhou a favor. A ideia era simplificar, desburocratizar. Mas o projeto acabou aumentando a exigência de compra de assinaturas digitais.

O Brasil já viu várias vezes a briga entre o ministro austero e os ministros gastadores. Não está sendo reeditada agora essa clivagem. O que há é que o programa era irreal e desmoronou, e o ministro da Economia tem concedido mais do que deveria.

No Fundeb, saiu do Ministério da Economia a proposta que, se adotada, significaria dar um drible no teto de gastos. Depois, a junta orçamentária, composta pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil, foi consultar o TCU sobre o uso das sobras orçamentárias. E só sobrou porque houve a execução errada, com recursos extraordinários pagando despesa do orçamento.

Com a saída de Mattar e Uebel, depois de já terem saído Caio Megale, Mansueto, entre outros, Paulo Guedes elevou o tom de voz e disse que quem está aconselhando a furar o teto está empurrando o presidente para o caminho do impeachment. Mas Guedes, ao longo do tempo, fez todas as concessões exigidas por Bolsonaro. Aceitou a inclusão de privilégios corporativos na reforma da Previdência. Não brigou pela reforma administrativa, aceitou que a reforma dos militares incluísse aumento de soldos, fez a capitalização de uma estatal militar e criou outra estatal militar. A debandada era previsível e até demorou.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/08/2020****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ E GERALDA DOCA WASHINGTON, BRASÍLIA E RIO****Título: Trump ameaça retaliar Brasil por causa do etanol**

Presidente dos EUA diz que produtos brasileiros podem ser tarifados caso o governo Bolsonaro não reveja sua política de tributação do combustível. Apesar disso, Planalto deve restabelecer tarifa de 20% no fim do mês

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou impor tarifas sobre produtos brasileiros caso o governo Jair Bolsonaro não reveja a política de tributação do etanol americano. Apesar do posicionamento da Casa Branca, o Palácio do Planalto deve restabelecer, a partir do fim do mês, a tarifa de importação de 20% sobre o combustível vindo do segundo maior parceiro comercial do país.

— Nós não queremos ninguém nos tarifando, embora eu tenha uma relação muito boa com o presidente (Jair) Bolsonaro —disse Trump na segunda-feira, em uma entrevista coletiva, ao responder a pergunta de uma repórter da Globonews. —No que se refere ao Brasil, se eles impõem tarifas, nós temos de ter uma equalização de tarifas. Vamos apresentar algo que tenha a ver com tarifas, e com justiça. Porque muitos países, por muitos anos, têm nos cobrado tarifas para fazer negócios, e nós não cobramos deles. E isso se chama reciprocidade, se chama tarifas recíprocas, e talvez você veja algo sobre isso muito em breve.

O governo brasileiro concedeu, no ano passado, isenção no pagamento dessa taxa para até 750 milhões de litros de etanol vindo dos EUA. O benefício vale até 31 de agosto. Os produtores brasileiros alegam que os Estados Unidos, apesar de terem sido beneficiados com a tarifa zero, não concederam qualquer contrapartida em relação ao que é aplicado sobre o açúcar brasileiro, que chega a ter uma tarifa próxima de 140%.

PAÍS AMIGO

De janeiro a abril deste ano, o Brasil importou 741,6 milhões de litros de etanol, dos quais 663,7 milhões dos EUA. Os produtores americanos, por sua vez, pressionam para que a tarifa zero seja mantida e ampliada, acabando com a cota de isenção para 750 milhões de litros.

De 2010 a 2016, o Brasil incluiu o etanol na Lista de Exceções da Tarifa Externa Comum (Letec) do Mercosul, composta por cem produtos, isentando o combustível de tarifas. A partir de 2017, por conta do grande volume de

importações, o governo brasileiro passou a limitar a aplicação da tarifa zero para as importações de até 600 milhões de litros por ano. Em agosto do ano passado, esse limite foi ampliado para 750 milhões de litros.

O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Evandro Gussi, diz que, se o governo ceder às pressões americanas, o prejuízo para os brasileiros seria grave. Segundo ele, os produtores já acumulam perdas por causa da queda do consumo no mercado interno, em função da pandemia do novo coronavírus.

— Pela fala do presidente Trump, percebe-se que ele não conhece o tema. Ele fala como se nós fossemos estabelecer uma tarifa contra os Estados Unidos, e a tarifa foi estabelecida em 1995, no âmbito do Mercosul.

A pressão vinda da Casa Branca tem como pano de fundo as eleições americanas em novembro. As empresas petrolíferas dos EUA pressionaram muito o governo para não permitir que se aumentasse a adição do etanol de 10% para 11% na gasolina, o que resolveria o problema dos elevados estoques de etanol do país.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS), disse que vai discutir o assunto com o Itamaraty na semana que vem, mas defendeu os interesses nacionais na disputa.

— Acho que a gente tem que focar nossas relações diplomáticas com os Estados Unidos no sentido de restabelecer o que foi retirado dos produtores brasileiros —disse o senador.

Ele acrescentou, contudo, que o governo brasileiro avalia que todas as ações de Trump têm um viés político para garantir apoio do eleitorado americano e que as promessas e ameaças do dirigente dos EUA, que tentará se reeleger agora em novembro, podem não se concretizar. (Com agências internacionais)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/08/2020

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel

Título: Trump ameaça retaliar Brasil

Etanol

Às vésperas da reunião da Comissão de Comércio Exterior (Camex), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou retaliação ao Brasil se houver aumento de tarifa sobre o etanol dos EUA. A declaração colocou o presidente Jair Bolsonaro em mais uma saia justa, principalmente, com seus aliados do Centrão que integram a bancada ruralista e são contra o benefício.

Trump defendeu igualdade tarifária e sinalizou que poderá tributar o etanol brasileiro em breve. “No que diz respeito ao Brasil, se eles impõem tarifas, nós temos de ter uma equalização de tarifas. Vamos apresentar algo sobre tarifas e justiça, porque muitos países têm nos cobrado tarifas e nós não cobramos deles. É chamado reciprocidade. Você pode esperar algo sobre isso muito em breve”, disse o norte-americano, na segunda-feira à noite. Procurados, o Ministério da Economia e o Ministério das Relações Exteriores não comentaram o assunto.

Atualmente, o Brasil aplica alíquota zero do Imposto de Importação de 20% sobre o etanol de milho dos EUA para um limite de 750 milhões, desde agosto de 2019, com expectativa de contrapartida. Entre 2017 e 2019, a cota era de 600 milhões de litros. O prazo para a manutenção dessa cota vence no fim mês. Até lá, o governo brasileiro precisa decidir se mantém a cota ou amplia. Se não fizer nada, a isenção acaba, e todo o produto que entrar no país vai pagar os 20% de imposto.

O pedido dos EUA para a ampliação da cota de isenção foi retirado da pauta da reunião do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Gecex), que começa hoje, segundo fontes.

O sistema de cotas é criticado por produtores do Nordeste, mas tem ajudado no abastecimento do mercado do Centro-Sul do país durante a entressafra, lembrou o analista Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados.

Segundo ele, se Bolsonaro tentar agradar aos EUA, vai criar um mal-estar no Centrão, porque os líderes do bloco são representantes do setor sucroalcooleiro do Nordeste. “A pressão de parlamentares do Nordeste para que o governo acabe com a cota para etanol dos EUA deve aumentar”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/08/2020

Seção: Opinião

Autor: Laércio Oliveira Deputado Federal (PPSE) É relator do projeto que institui A Nova Lei do Gás

Título: Nova Lei do Gás acelera o crescimento

Com a proximidade da votação do projeto da Nova Lei do Gás (PL 6.407), é preciso mais que nunca explicar à população os méritos desse arcabouço legal no sentido de promover o crescimento econômico do país de forma acelerada, contínua e sustentável. A necessidade que ganhou força como estratégia para enfrentar os efeitos negativos da pandemia do novo coronavírus. O “choque de energia barata” que se pretende viabilizar com o advento do novo mercado do gás natural representa benefícios inquestionáveis para todos. Basta que haja o interesse em conhecê-los.

A legislação vigente sobre as operações do gás natural no Brasil é de 2009. Requer, portanto, atualização capaz de contemplar o mercado interno do insumo, fundamental para recolocar o país no caminho da reindustrialização, atividade massacrada pelos altos custos de produção, com perda contínua de competitividade. De acordo com dados da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e dos Consumidores Livres (Abrace), a tarifa média do gás natural para a indústria no Brasil, no ano passado, foi de US\$ 11 por milhão de BTU, enquanto, nos Estados Unidos, ficou em US\$ 4,1; no México, pouco superior a US\$ 5; no Reino Unido, em US\$ 7,7.

Não por acaso, a economia brasileira continua no penúltimo lugar do ranking “Competitividade Brasil 2019-2020”, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O estudo, divulgado em 29 de julho passado, analisou 17 países de perfis econômicos com características similares às nossas e, no cômputo geral, o Brasil só ganha da Argentina. Os mais competitivos são Coreia do Sul, Canadá e Austrália.

No critério infraestrutura de energia, o Brasil é o último colocado entre as 18 nações comparadas no relatório. “O país tem o maior custo de energia elétrica para clientes industriais e a segunda pior qualidade no fornecimento de energia elétrica”, constatou a CNI.

A Nova Lei do Gás é estratégica, repito, para mudar o cenário. Ao permitir a livre concorrência no setor, o governo calcula que sejam destravados investimentos da ordem de R\$ 43 bilhões. E estima que o Brasil chegue a aumento de geração de energia de 35%, com parte desse montante do energético destinado às termelétricas mediante a substituição de outros combustíveis mais poluentes.

Baseada nesse impulso ao setor, a expectativa do governo é de que os preços da energia e do gás natural caiam em até 40% nos próximos anos a partir da aprovação da lei, com redução que alcance a conta de luz e os botijões de gás dos cidadãos. Porém, o mais importante é deixar claro que a energia elétrica e o gás usados nas residências, pelos quais a população paga, formam uma pequena parcela do consumo das famílias brasileiras.

A maior parte está embutida na produção e oferta de mercadorias e serviços, hoje elevando o preço final. Em termos simples, a perda de competitividade da indústria nacional favorece importações que, na prática, geram emprego e renda nos países exportadores em detrimento do nosso, uma lógica inaceitável.

Por quanto tempo mais vamos admitir que mais de 40% do gás natural produzido no país seja reinjetado desnecessariamente em poços maduros de petróleo, como elemento de pressão para retirar as últimas reservas destes? A abertura de mercado, com entrada de novos agentes e estabelecimento de competição no setor, fará com que o preço do gás natural seja reduzido a padrões internacionais. Com isso, conseguiremos atrair investimentos para implantação da infraestrutura necessária de escoamento, processamento, transporte e distribuição.

Além da reindustrialização, a provável saída do Brasil deste momento de dificuldades se dará pelo setor agrícola, que vem sustentando a economia no decorrer da crise do novo coronavírus. No entanto, nosso país é um dos maiores importadores de fertilizantes do mundo, num consumo crescente que fez dobrar as importações no período de 10 anos (2008 – 2018).

Enquanto isso, os volumes de produção são praticamente os mesmos há mais de uma década. Com a inversão da lógica, ou seja, com o aumento da produção interna de fertilizantes, diminuiríamos as importações e aumentaríamos o PIB do país — processo no qual o gás natural outra vez surge como protagonista, na qualidade de insumo básico à fabricação desses produtos.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1890 - 1927)

Quarta-feira 12 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46320

estadão.com.br

Sob desconfiância mundial, Rússia anuncia vacina

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou ter registrado a primeira vacina contra a covid-19, após menos de dois meses de testes em humanos. Isso abre caminho para a imunização em massa da população local, embora a fase final de ensaios clínicos não te-

nha sido concluída. Putin afirmou que a vacina, batizada de Sputnik V, é segura e que foi administrada em uma de suas filhas: "Funciona de modo muito eficaz, cria forte imunidade e passou em todos os testes necessários". A ausência de estudos publicados e o ritmo

acelerado dos testes despertaram desconfiância da comunidade científica. A OMS disse que precisa avaliar a pesquisa. No Brasil, o governo do Paraná anunciou que deve assinar acordo com os russos para testar, produzir e distribuir a vacina. **METRÓPOLE/PÁG. A18**

Alto contágio torna Brasil atrativo para teste de imunizante. **PÁG. A20**

Hormônio do exercício pode ser terapêutico contra covid. **PÁG. A20**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	103.099
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.242
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1000
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.112.393
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	56.081
TOTAL DE RECUPERADOS*	2.243.124

*SEM CONDIÇÃO DE RECUPERAÇÃO

Em meio à crise, Justiça de SP quer elevar verba em R\$ 6,8 bi

TJ-SP propõe alta de 55% no orçamento de 2021: gasto com pessoal tem maior previsão de crescimento

Apesar das dificuldades impostas pela crise aos governos estaduais, o Tribunal de Justiça de SP propôs aumento de 55% (R\$ 6,8 bilhões) na verba do Judiciário paulista para 2021. Pagamento de salários e despesas com pessoal estão entre os itens que terão os maiores saltos nos gastos. O assunto é

analisado pelo secretário de Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo, e pelo vice-governador Rodrigo Garcia. Eles vão entregar até o fim do mês o projeto do orçamento estadual para a Assembleia Legislativa. Nos últimos três anos, o orçamento do Judiciário ficou entre R\$11,6 bilhões e R\$12,3 bilhões. A

proposta agora é de R\$ 19,4 bilhões. O presidente do TJ-SP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, disse que o plano teve como base projeções "ideais", e que o valor ainda está em discussão. Ele afirmou que o tribunal tem feito cortes de gastos desde o início de sua gestão. **POLÍTICA/PÁG. A4**

R\$ 14,5 bilhões

é o que prevê o TJ-SP para 2021 só com despesas com pessoal; em 2020, o orçamento para esse item foi de R\$ 9,7 bilhões

Doria pretende cortar 20% dos benefícios fiscais do ICMS

O governo do Estado de São Paulo vai encaminhar à Assembleia Legislativa projeto que faz um corte linear de 20% em todos os benefícios fiscais concedidos com o ICMS, como forma de aumentar a arrecadação para enfrentar os efeitos da crise em 2021. Por ano, o Estado deixa de arrecadar R\$ 40 bilhões de ICMS com os incentivos concedidos às empresas e setores específicos. **ECONOMIA/PÁG. B1**

É mentira que haja fogo na Amazônia, afirma Bolsonaro

Jair Bolsonaro afirmou ontem em cúpula de presidentes de países da Região Amazônica que a política ambiental do Brasil é injustificada. "Não há nenhum foco de incêndio, nem um quarto de hectare desmatado", disse. **METRÓPOLE/PÁG. A22**

ENTREVISTA

Candido Bracher, presidente do Itau Unibanco

'Não financiaremos empresa de carne que desmatar'

Um dos objetivos da ação de Itau, Bradesco e Santander é evitar que atividades agrícolas contribuam para o desmatamento da Amazônia. Uma das prioridades é rastrear a indústria da carne, disse Candido Bracher na série de entrevistas ao vivo Retomada Verde, do Estadão. **ECONOMIA/PÁG. B7**

Senadora negra moderada será vice em chapa de Biden

A senadora Kamala Harris será candidata a vice do democrata Joe Biden na disputa pela Casa Branca. Primeira negra em uma chapa presidencial, sua missão é buscar votos nos extremos do partido. **INTERNACIONAL/PÁG. A14**



A volta. Contra aglomerações, Karina Cabreira decidiu correr na rua, não no parque

FÔLEGO RENOVADO E SEGURO

Volta às atividades físicas é importante, mas com calma, orientação e cuidados. **PÁG. H1**



Jornal do Carro

FORD ENTRA NA BRIGA COM NOVO SUV

Territory vem da China com conforto e equipamentos e parte de R\$ 165,9 mil. **PÁG. 10**

Equipe de Guedes sofre mais duas baixas

Salim Mattar e Paulo Uebel pediram demissão após dificuldades para implementar privatizações e reforma administrativa. Ministro Paulo Guedes falou em "debandada". **ECONOMIA/PÁG. B5**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Juízo para manter juros baixos

Se ninguém atrapalhar, os juros básicos serão mantidos em níveis baixos por longo tempo, favorecendo a reativação econômica e facilitando a gestão da dívida pública. **PÁG. A3**

A responsabilidade de cada um

Não esquecerá nomes dos que faltaram na hora mais grave. **PÁG. A3**

Tempo em SP 13' Min. 27" Máx.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.369

QUARTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

66 Essa história de que a Amazônia arde em fogo é uma mentira **Jair Bolsonaro**, em discurso durante encontro com presidentes sul-americanos **Ambiente B10**



Queimada na região do município de Apuí, no Amazonas, em imagem feita ontem com drone; dados do Inpe indicam um salto de 34% na destruição florestal no último ano. **Ueslei Marcelino/Reuters**

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	3,1 mil	103,1 mil
Ontem*	43,5 mil	1.000
Varição**	-4,3%	-0,5%
Estágio	Estável	

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos

Rank	Estado	Total
1º	SP	25,6 mil
2º	RJ	14,2 mil
3º	CE	8 mil

Situação nos municípios

Estágio	Municípios
■ Acelerado	Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Serra (ES), Barueri (SP)
■ Estável	Salvador (BA), Brasília (DF), Teresina (PI), Campinas (SP)

Dados dos 20h de 11 ago
*Até o momento de 7 dias
**Em relação a 14 dias

Sem provar eficácia, Rússia anuncia vacina contra vírus

País ainda não concluiu testes clínicos para verificar segurança, e OMS não recomenda aplicação

A Rússia anunciou ontem que concedeu a primeira aprovação regulatória do mundo para uma vacina contra a Covid-19. O aval foi dado ao Instituto Gamaleya, após menos de dois meses do início dos testes em humanos.

A medida permite a inoculação em massa, mesmo enquanto ainda continuam os estágios finais das experiências clínicas para verificar a segurança e a eficácia do produto, batizado de Sputnik V para mercados estrangeiros.

Sem os resultados consolidados dos testes, a OMS informou que não recomendará a aplicação das doses. A organização está em contato com as autoridades russas para discutir os procedimentos de pré-qualificação.

No fim de julho, Moscou comunicou que pretendia começar a produção industrial de uma vacina ainda em setembro. O presidente Vladimir Putin afirmou que sua filha está entre os que já teriam sido imunizados.

A falta de transparência do processo tem gerado desconfiança na comunidade internacional. A velocidade com que o país fez o anúncio levou a suspeitas de que o prestígio nacional foi posto acima da ciência. **Saúde B11**

Busca pela imunização avança no mundo entre dúvidas e receios B4

Podemos vacinar em SP a partir de janeiro, diz diretor do Butantan B6

Análise Igor Gielow: Momento Sputnik de Putin pode incomodar Ocidente B2

Saúde adota precaução e teme corrida de estados por produto B7

ENTREVISTA Orlando Silva
Esquerda precisa de mais humildade

Pré-candidato do PC do B à Prefeitura de São Paulo, Orlando Silva, 49, rompe uma tradição do partido de se coligar com o PT na capital. "O PT é parte do passado. E o PSOL é uma espécie de PT retrô." Para ele, "a esquerda precisa ser mais humilde". **Poder A10**

Mirando mulheres e negros, Biden põe senadora de vice

Joe Biden escolheu a senadora pela Califórnia Kamala Harris como vice da chapa democrata à Casa Branca, em gesto que une o perfil de dois grupos de eleitores determinantes na disputa: mulheres e negros. É a primeira vez que uma mulher negra concorre a vice nos EUA. **Mundo A11**

Mattar sai, e Guedes fala em debandada

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que sua equipe passa por "uma debandada" com a saída dos secretários Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização).

Mattar comandou agenda de gestão de estatais e privatizações. Uebel cuidava da reforma administrativa, como Caio Megale, que também deixou a pasta, veio do governo Dória (PSDB).

"Salim falou: 'A privatização não está andando, prefiro sair'. Uebel disse: 'A reforma administrativa não está sendo enviada, prefiro sair'. Esse é o fato, essa é a verdade", disse Guedes. **Mercado A15**

PAINEL Entorno diz que ministro não pedirá demissão A4

PAINEL S.A. Empresário bolsonarista vê risco de abismo A16

Helio Beltrão
O que está havendo com Paulo Guedes? **A20**

Esporte B15

Brasileiro X Covid-19

Diante de incertezas, CBF (Confederação Brasileira de Futebol) busca corrigir falhas no processo de restagem de jogadores para tentar entregar rodada completa da Série A do Campeonato Brasileiro.

Ilustrada B11

Quadro de emergência

Museus paulistanos trocam de chefia e tentam se reinventar em meio à crise



Marlene Bergamas/Folhapress

REDE VAI ÀS RUAS DE SP PARA AJUDAR LGTBs VULNERÁVEIS

A drag queen Gervasia Boreal em frente ao Theatro Municipal, onde distribuiu marmitas; coletivos se unem para auxiliar gays e travestis que ficaram sem trabalho na crise. **Cotidiano B9**

Buraco no STF é aposta de Lula contra Moro

Pedido de suspeição apresentado por Lula (PT) contra Sergio Moro se beneficia da aposentadoria de Celso de Mello. Julgamento com quatro integrantes favoreceria petista. **A4**

Candidata de oposição da Belarus foge do país

A principal candidata da oposição bielorrussa, Svetlana Tikhonovskaia, fugiu ontem para a Lituânia. Belarus viveu o 3º dia de atos contra o resultado da eleição presidencial. **A12**

Enel vai parcelar contas de luz de São Paulo após acordo com Procon A17

Indústria do Amazonas é a primeira a voltar ao nível pré-pandemia A19

Presidente da CNI e mais 9 são denunciados por suspeita de peculato A10

EDITORIAIS A2

Ruído tributário

Sobre estudos do Executivo para a volta da CPME

Farsa bielorrussa

Acerca de reeleição de autocrata e revolta popular.

1501 1414 33369
9 771414 333699

AUDIÊNCIA/MES
PÁGINAS VISTAS 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

SEGUNDO DIA QUARENTENA
Berna. Rusele conta em debate como violência mortale sua obra

A vice de Biden Kamala Harris, senadora negra, foi escolhida para a chapa democrata

O GLOBO

EQUIPE ECONÔMICA

Guedes admite 'debandada' com saída de mais 2 secretários

Ministro diz que 'furar teto' leva Bolsonaro à 'zona de impeachment'

Os secretários responsáveis pelo Ministério da Economia e pelo Ministério da Saúde foram os últimos a serem demitidos pelo presidente Jair Bolsonaro. O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou a saída de dois secretários, o que ele chamou de "debandada". Ele também afirmou que o governo está "fureando o teto" da despesa pública, o que pode levar Bolsonaro à "zona de impeachment".

RUSSIA ANUNCIA VACINA CONTRA COVID SEM CONCLUIR TESTES

A Rússia anunciou que desenvolveu uma vacina contra o coronavírus, mas não informou se já realizou testes em humanos. O anúncio foi feito pelo ministro da Saúde, Mikhail Mishustin.

BRASIL: A URGÊNCIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

O ministro da Administração Federal e do Planejamento, Paulo Guedes, afirmou que o governo está trabalhando para implementar a reforma administrativa, que visa reduzir o tamanho do Estado e melhorar a eficiência da máquina pública.

AMAZÔNIA: DESMATAÇÃO CONTINUA A CRESCER

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a desmatamento na Amazônia brasileira continuou a crescer no primeiro semestre de 2020, apesar das medidas de combate adotadas pelo governo.

GOVERNOS: 3.112.393 | 103.099

PLTS: em regular a trabalhadores R\$7,5 bilhões de lucro de 2019

Os lucros das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) no primeiro semestre de 2020 foram de R\$7,5 bilhões, um aumento em relação ao mesmo período de 2019.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: previsão de receita de R\$ 20 bil para 2021

O governador Cláudio Castro anunciou a previsão de receita para o Estado do Rio de Janeiro em 2021, que será de R\$ 20 bilhões.

Equipe econômica quer cortar R\$ 4,2 bil do orçamento do MEC

A equipe econômica do governo quer cortar R\$ 4,2 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2021, o que geraria uma redução de 10% no valor total.

TRUMP: ameaça dar o troco se Brasil voltar a fechar status de EEM

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou dar o troco ao Brasil se o país voltar a fechar o status de Economia Emergente (EEM).

AMAZÔNIA: desmatamento: contradições na culpa

Apesar de ser o maior produtor de carne do mundo, o Brasil enfrenta contradições na culpa pelo desmatamento na Amazônia, já que a pecuária é responsável por uma grande parte das áreas desmatadas.

MONITORAMENTO DA COVID-19
Lugares fechados na cidade vão começar por Copacabana

PERDIDAS FISCALIS
As condições de IPTU é causa principal da dor de cabeça de Toffi

ALERTA NA PANTANAL
Família eleve R\$ 10 milhões a população em risco de R\$ 100 milhões

QUEBRADA COMERCIAL
Trump ameaça dar o troco se Brasil voltar a fechar status de EEM

VENA/A OITAVA MARAVILHA DO MUNDO

VEJA NAS PÁGINAS 4 E 5

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.899 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Cientistas desconfiam de eficácia da vacina russa



Numa forte jogada de propaganda, a Rússia batizou de Sputnik V — nome pioneiro na corrida espacial —, o medicamento que promete imunizar contra a covid-19. O produto foi desenvolvido num centro do Ministério da Defesa e teve o registro confirmado pelo próprio presidente do país, Vladimir Putin. No entanto, a comunidade científica mundial recebeu a descoberta com ceticismo e muitas críticas. Especialistas cobram dados sobre a pesquisa. A nova substância ainda não teria chegado à fase três de testes (com grande número de pessoas), etapa em que se encontram, por exemplo, os produtos da Universidade de Oxford e do laboratório chinês Sinovac, ambos em avaliação no Brasil. "A vacinação em massa com uma substância ainda em teste é antiética", afirma François Balloux, geneticista da Universidade College de Londres. A previsão dos russos é iniciar a imunização em 1º de janeiro de 2021. No Brasil, o governo do Paraná se interessou em produzir a vacina. A Anvisa terá de liberar o remédio, mas também manifestou dúvidas sobre a eficácia dele.



DF registra 47 mortes, maior número em 24 horas

PÁGINA 5, 14 E 17

Arquivo Pessoal



Sucesso e empatia no TikTok

Clara Marinho, moradora de São Sebastião, acumula quase meio milhão de seguidores abordando assuntos com inteligência e leveza. A limitação de alguns movimentos por causa de uma paralisia cerebral não a impede de brilhar. PÁGINA 19

Thais Motson/Delegação



Talento em estado puro

A brasileira Letícia Fialho é compositora, cantora e multi-instrumentista, e mostra por meio da música porque é uma das principais artistas da cena local. PÁGINA 22



A três partidas da glória

PSG abre, hoje, as quartas de final da Liga dos Campeões contra o Atalanta. Sob a batuta de Neymar, o time francês quer aproveitar rota curta para título inédito.

PÁGINA 14

Guedes tem desmanche da equipe e desabafa

Ministro perde Salim Mattar, da privatização, e Paulo Uebel, do governo digital. Chefe da Economia vê risco a Bolsonaro seteto de gastos for "furado".

PÁGINA 3

Ana Rayta/CB/DA Press



As dúvidas da Zona Verde

Brasilienses como a servidora pública Ieda Tunes têm até sexta-feira para apresentar sugestões ao projeto do Executivo local que prevê estacionamento rotativo e pago no Plano Piloto, Sudoeste, SIA e SIG. Um dos pontos mais polêmicos da iniciativa é a previsão de cobrança por vagas nas áreas residenciais. PÁGINA 15

Mônica Junior/CB/DA Press



Cobras de casa nova

Sete serpentes trocaram o Zoo de Brasília pelo Instituto Butantan, em São Paulo. Entre elas a naja que picou estudante de veterinária. PÁGINA 16

Trabalhador receberá mais lucro do FGTS

Caixa distribuirá aos cotistas R\$ 7,5 bilhões dos ganhos obtidos em 2019. Depósito será proporcional ao saldo da conta do fim do ano passado. PÁGINA 8

Robyn Beck/RFP



A escolha de Biden

A senadora negra Kamala Harris será a vice na chapa democrata para tentar derrotar Trump. PÁGINA 12

Muriel Ferreira/CB/DA Press



"Bolsonaro sempre foi um negativista"

Em entrevista ao *CR Poder*, o governador de São Paulo, João Dória, critica a atuação do presidente na pandemia. Para João Dória, os estados salvaram vidas. Hoje, o programa do *Correio* e da *TV Brasília* entrevista Rafael Prudente, presidente da Câmara Legislativa, às 13h20. PÁGINA 2

Jovem perde bebê em tentativa de feminicídio

PÁGINA 18



9771808 266042

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(011) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .